



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo, no qual se objetiva a realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico, no valor anual estimado de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, para fins de contratação de empresa especializada para fornecimento de uma plataforma, em nuvem, com o serviço de “balcão virtual”.

A autorização para continuidade do processo licitatório consta do documento n.º 1467983.

A minuta do estudo técnico preliminar consta do documento n.º 1163959.

Nota de Dotação 2024ND0001876-FUNJEAM (id 1582229).

A minuta do termo de referência consta do documento n.º 1603215.

Mapa de Gerenciamento de Riscos (id 1603342).

O Mapa de Preços de valor estimado em **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** consta do documento n.º 1565666.

A COLIC encaminhou este processo administrativo para análise e parecer desta Assessoria, conforme documento n.º 1620687.

É o relatório.

1) Da prévia análise técnico-jurídica:

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.”

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 20, caput, e art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023. Veja:

“Art. 32. Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.”

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

2) Da modalidade da licitação:

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, mostra-se possível a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

No mesmo sentido é o art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.”

Como se sabe, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21 e do art. 3º, II, do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

No mesmo sentido é o art. 3º, II, do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;”

No caso em análise, a pretendida aquisição se refere a bens de natureza comum, que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Logo, mostra-se cabível a licitação na modalidade pregão eletrônico.

3) Do critério de julgamento:

No caso de licitação na modalidade pregão, há a possibilidade de se adotar o menor preço global como critério de julgamento, por força do art. 33, I, da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;”

No caso em análise, a minuta do edital estabeleceu o menor preço global como critério de julgamento;

Logo, neste aspecto, referida minuta atende aos requisitos legais.

4) Da dotação orçamentária:

No caso em análise, verifica-se que se indicou expressamente a disponibilidade orçamentária para a contratação do objeto deste processo administrativo, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça.

Valor estimado no patamar de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** conforme Mapa de Preços n.º 1565666.

Nota de Dotação 2024ND0001876-FUNJEAM (id 1582229).

Desta forma, restou caracterizado o crédito pelo qual ocorrerá a despesa pública objeto deste processo (art. 92, VIII, da Lei 14.133/21).

5) Da minuta do edital:

principais:

A minuta do edital de licitação objeto deste processo administrativo apresenta as seguintes características principais:

- A cláusula primeira traz o objeto do pregão;
- A cláusula segunda dispõe acerca da dotação orçamentária;
- A cláusula terceira dispõe sobre as comunicações;
- A cláusula quarta dispõe sobre os pedidos de esclarecimentos e impugnação;
- A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;
- A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;
- A cláusula sétima dispõe acerca do envio da proposta eletrônica de preços e documentos de habilitação;
- A cláusula oitava trata das declarações;
- A cláusula nona trata do preenchimento da proposta;
- A cláusula décima trata acerca das amostras;
- A cláusula décima primeira prevê acerca da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances;
- A cláusula décima segunda trata dos benefícios às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas;
- A cláusula décima terceira trata da fase de julgamento;
- A cláusula décima quarta trata da negociação;
- A cláusula décima quinta trata da fase de habilitação;
- A cláusula décima sexta trata do recurso;
- A cláusula décima sétima trata da adjudicação e homologação;
- A cláusula décima oitava trata do contrato e da garantia contratual;
- A cláusula décima nona trata do procedimento para o registro de preços, que não é aplicável ao caso em tela;
- A cláusula vigésima prevê as normas a respeito da nota de empenho;
- A cláusula vigésima primeira prevê as normas a respeito do prazo e das condições do fornecimento;
- A cláusula vigésima segunda dispõe acerca das obrigações da contratante e da contratada;
- A cláusula vigésima terceira trata das obrigações sociais, comerciais e fiscais;
- A cláusula vigésima quarta dispõe acerca do pagamento;
- A cláusula vigésima quinta prevê as normas a respeito da rescisão do contrato;
- A cláusula vigésima sexta trata da inexecução do contrato;
- A cláusula vigésima sétima trata das infrações administrativas e sanções;
- A cláusula vigésima oitava traz as disposições finais;
- A cláusula vigésima nona dispõe acerca dos anexos;
- A cláusula trigésima trata acerca do foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do edital e do contrato.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei 14.133/21 (Lei Geral de Licitações e Contratos).

6) Da minuta do contrato:

A minuta do contrato consta do documento n.º 1605306.

Da análise da referida minuta de contrato, verifica-se que atende às normas gerais sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes dos arts. 89 e seguintes da Lei 14.133/21.

7) Da conclusão:

Pelo exposto, **esta Assessoria Administrativa opina pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos**, consoante art. 37, caput, da Constituição, art. 6º, incisos XLI e XLV da Lei 14.133/21, art. 35, §1º, 36, §1º, 41, §1º da Resolução do TJAM n.º 64/2023, para que seja realizada a licitação na modalidade “pregão eletrônico” (art. 6º, XLI da Lei 14.133/21 e art. 1º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019) e do tipo “menor preço global”, (art. 33, I, da Lei 14.133/21 e art. 7º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019), no valor estimado de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, para fins de empresa especializada para fornecimento de uma plataforma, em nuvem, com o serviço de “balcão virtual”.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as compras feitas pela Administração, por força do art. 37, caput, da Constituição.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 11/06/2024, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1625423** e o código CRC **407F075A**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Tratam os autos de processo administrativo inaugurado para a realização de licitação na modalidade "**pregão eletrônico**", do tipo "**menor preço global**", cujo objeto refere-se à contratação de empresa especializada para fornecimento de uma plataforma, em nuvem, com o serviço de "balcão virtual", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Constam nos autos: Estudo Técnico Preliminar SETIC/DVITIC (SEI nº 1163959), Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 1603215), Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (SEI nº 1565666) e Minuta do Edital de Licitação - PE SECOP/SEAC (SEI nº 1606799).

Parecer da Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência (1625423), na forma do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21, pela aprovação da minuta de edital de licitação, pois o mesmo está em consonância com os requisitos danos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto Estadual n.º 47.133/2023, do Decreto Federal n.º 3.555/2000, da Resolução n.º 64/2023 TJAM.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar a realização de certame na modalidade** "pregão eletrônico" do tipo "menor preço global", **no valor estimado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, para possibilitar a contratação de empresa especializada para fornecimento de uma plataforma, em nuvem, com o serviço de "balcão virtual", com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º, inc. I do art. 28 e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Outrossim, torna-se indispensável que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade aos negócios jurídicos celebrados com a Administração Pública, por força do art. 37, *caput*, da Constituição e do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora Nélia Caminha Jorge

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 12/06/2024, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1626933** e o código CRC **74EE1615**.